3º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

PAISAGENS DA MEMÓRIA NO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL (RN): O Caso da Praça André de Albuquerque

NOBRE, PAULO J. L. (1); SOUSA, ANA K. P. (2)

1. UFRN. Professor Doutor do Departamento de Arquitetura.

Rua Aníbal Correia, 3273, Candelária, Natal/RN, CEP 59064-340

paulonobre@ufrnet.br

2. UFRN. Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Bolsista de Iniciação Científica (PROPESQ).

Rua Albertino de Oliveira, 429, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP 59152-800

anak.pires@yahoo.com.br

RESUMO

No meio urbano, as marcas do passado são apagadas continuamente, num processo constante de transformação. Uma vez que a noção de monumento vem sendo ampliada, se faz necessário preservar nas áreas históricas não apenas os edifícios e monumentos, mas a ambiência de épocas passadas. No que se refere às Praças e Jardins Públicos, a composição paisagística tem pouca permanência no tempo, pois sem os cuidados adequados a vegetação, seu principal elemento, resulta em formas perecíveis e fugazes. Tal característica dificulta a manutenção das várias idades desses espaços e se impõe como um desafio para a pesquisa, além daqueles comumente enfrentados na área de história da arquitetura e urbanismo – escassez de arquivos e fontes documentais, dificuldade de acesso aos dados e má conservação dos documentos. Este artigo procura contribuir para a sobrevivência da memória das Praças de Natal e chama a atenção para a necessidade de preservar os seus atributos paisagísticos e ambiência histórica. Utiliza a reconstituição virtual como meio de vivenciar o passado, experimentar sensações, resgatar do esquecimento e melhor compreender as relações estabelecidas na paisagem. Como resultado parcial desta pesquisa em andamento é apresentado o caso da Praça André de Albuquerque, escolhida por ser o marco da fundação da cidade.

Palavras-chave: Reconstituição virtual; praças históricas; paisagem.

Introdução

As Praças são importantes expressões culturais presentes no Sistema de Espaços Livres das nossas cidades, por guardarem características morfológicas de épocas distintas, por celebrarem a natureza e por favorecerem a convivência dos habitantes com o meio natural. Os Jardins Públicos possibilitam a adequação da natureza ao contexto urbano e assim se tornam, por excelência, áreas de amenização climática e dos conflitos sociais. Atualmente, há uma profusão de estudos sobre o tema, especialmente no campo da história do paisagismo, que despertam a atenção sobre a preservação dos Jardins Históricos. Tais pesquisas contribuem para a construção do aporte teórico do campo disciplinar da Arquitetura Paisagística e propiciam avanços no entendimento dos Jardins como Paisagem Cultural.

De acordo com Maria Assunção Franco (1997, p.20), o estudo acadêmico da história do paisagismo se constitui em um dos fatores responsáveis pela evolução da disciplina, na qual "a pesquisa histórica foi capital para dar credibilidade e autoestima ao exercício do paisagismo". Outros autores têm contribuído para a discussão, que envolve a busca por definições conceituais. Segundo Jacques Leenhardt (1996, p.47), Roberto Burle Marx, maior paisagista brasileiro, definiu o jardim como a adequação do meio ecológico às exigências naturais da civilização, transformar a natureza para dar plenamente lugar à existência humana.

Por serem áreas de delicado manejo, Jardins, Praças e Parques são muitas vezes relegados ao abandono e nesse estado demandam frequentes requalificações, tornando-se alvos preferenciais para investimentos do poder público. No entanto, quando localizados nos bairros mais antigos, comumente as intervenções realizadas pouco se atêm ao caráter histórico-cultural desses espaços, numa busca por inovações que, não raro, tratam de sepultar a memória urbana.

Em Natal, essa tem sido uma prática comum, mesmo se tratando de alardeadas "restaurações", que supostamente tentam resgatar configurações morfológicas originais. Nesses espaços, a configuração espacial atual possibilita novos usos, mas resulta em ausência de identidade e no esmaecimento do caráter simbólico dos locais. Portanto, se faz necessário desenvolver estudos mais aprofundados e enfrentar o desafio de buscar o passado apagado ou esquecido pelas transformações ocorridas ao longo do tempo, que resultaram em conformações espaciais que negam a história e a cultura local. As intervenções realizadas nos Jardins do Centro Histórico de Natal subtraíram grande parte da cobertura vegetal existente, desconsideraram o traçado, o mobiliário, os equipamentos e as relações

das Praças e Jardins com as edificações do entorno e com a Paisagem. Além disso, privaram as atuais e futuras gerações de (re)conhecer sua herança cultural e afetiva.

Assim, se torna difícil pesquisar nessa área, pois à medida que a cidade evolui, os espaços livres de composição paisagística se transformam profundamente, destruindo modos de vida e fases da cultura urbana, muitas vezes esquecidos sem deixar registros. Para tanto, diante da carência de fontes documentais, a reconstituição virtual desses sítios se mostra uma ferramenta eficaz, utilizada com o propósito de informar sobre a identidade do local, corroborando a geração de novos registros.

1. Buscando um caminho de pesquisa na área de história da arquitetura paisagística

> O jardim, expressão de uma natureza imaginada, acompanha o homem no seu processo de apreensão, uso e apropriação dos espaços do mundo. A partir da observação e do manuseio dos componentes naturais das paisagens, os jardins aparecem como interlocuções em meio aos abrigos dos seres humanos (CARNEIRO, 2009, p.7).

Partindo do entendimento de que Jardins são objetos artísticos e patrimoniais, a autora (*op.cit.*) parte desse entendimento para definir os Jardins Históricos como gestos humanos marcantes de um tempo sobre a paisagem cultural. Tal ponto de vista remete ao campo da Geografia e seus pensadores, como Augustin Berque (2004, p.89), para quem as paisagens constituem frequentemente uma das expressões próprias de uma sociedade, no decurso de sua história de longa duração. Segundo esse geógrafo, a sociedade organiza e transforma seu meio ambiente, enquanto a cultura contribui para a interpretação do espaço e permite a articulação entre o imaginário e as coisas do real. Assim o autor define que, para compreender e explicar a paisagem, o procedimento inicial de todo estudo geográfico é fazer o inventário das formas concretas (percebidas numa escala humana) da epiderme terrestre, uma vez que a Geografia Cultural sempre leva cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime sua marca.

Nesse sentido, segundo Saul Alcântara (*apud* CARNEIRO, 2009, p.234), o inventário é um registro básico dos sítios culturais e seus condicionantes, no propósito de auxiliar, nos âmbitos local e nacional, a conservação e o estudo de paisagens culturais, em constante atualização. Ana Rita Carneiro (2009, p.235) explica que através do inventário deverão ser identificados os valores histórico, artístico, ecológico e social que justificarão o significado cultural do jardim para assegurar sua proteção como patrimônio.

Assim, nesta pesquisa foi estabelecido como etapa inicial e imprescindível realizar o inventário das Praças e Jardins do Centro Histórico de Natal – procedimento ainda inconcluso, que tem se revelado de difícil execução, tanto pela carência de fontes documentais e iconográficas, quanto pela dificuldade de datar com precisão os arquivos disponíveis para consulta. Paralelamente ao inventário teve inicio o processo de desenvolvimento de imagens em realidade virtual, procurando definir as fases históricas de cada logradouro estudado, buscando diversas fontes de dados e relacionando os registros gráficos aos fatos da historiografia local. Tal ferramenta tem se mostrado importante e eficaz para reconstruir a paisagem do passado, informar de maneira eloquente e possibilitando experimentar configurações espaciais e sociais diversas e esquecidas ao longo do tempo.

Inicialmente, a pesquisa objetivava propor tombamentos para os Jardins Históricos de Natal, apontando como objeto de estudo apenas as Praças que pareciam reunir as condições para serem assim consideradas, de acordo com a Carta de Florença, documento instituído pelo *International Council on Munuments and Sities* (ICOMOS, 1982), que rege o tombamento e a conservação dos Jardins Históricos. Porém, na medida em que a pesquisa avançou, percebeu-se que a maioria dos logradouros não se enquadrava nesse conceito, devido às grandes modificações sofridas ao longo do tempo. Tal constatação levou a utilizar a denominação de “Praça Histórica”, adotada pelo IPHAN/RN no Estudo de tombamento do Centro Histórico de Natal (2008). Para uma melhor compreensão, Praça Histórica passou a ser a definição adotada, no âmbito desta pesquisa, para significar um local destinado ao lazer e ao convívio da população, mas que carrega um significado histórico para a evolução da cidade. Assim, o universo de estudo pôde ser ampliado, incluindo espaços livres que já não contêm qualquer indício de seu uso ou configuração original.

A Praça André de Albuquerque foi escolhida para se iniciar a pesquisa por ser o sítio de fundação da cidade, ocorrida em 1599, segundo Luís da Câmara Cascudo (1980, p.34), além de ser o lugar em que se localizava o pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia (demolida em 1911). O caráter simbólico da Praça é reforçado pelo fato de que em seu entorno se concentram edifícios de grande representatividade histórica e patrimonial, tais como a Igreja Matriz, o antigo Palácio do Governo (atual Pinacoteca do Estado) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Figura 1 – Foto Aérea da Praça André de Albuquerque.
Fonte: *Google earth*, 2013.

Inicialmente, foi preciso “mergulhar” na história do local, buscar dados históricos e cotidianos, necessários à reconstituição e organizá-los em ordem cronológica, com o intuito de identificar períodos a serem recriados. Na etapa atual da pesquisa, foi finalizado o estudo da primeira fase da Praça, considerada sua configuração original – que inicia em 1907, com o primeiro tratamento do espaço com a implantação de um projeto paisagístico atribuído ao arquiteto Herculano Ramos e se estende até 1942, quando se deu a primeira reforma completa do local.

1.1. A Realidade Virtual

O termo realidade virtual pode ser definido como “qualquer conjunto de tecnologias que permita a um utilizador interagirem com um ambiente ou objeto virtual, criado através de um computador, e que pode representar algo real ou imaginário” (RAMOS, 2007, p.13). Dentro dessa realidade virtual podem ser definidos os tipos de dados a serem visualizados. Pode se tratar de um objeto existente e conhecido, o qual se pretende recriar, um objeto que já existiu e foi destruído, desapareceu ou por alguma circunstância não está acessível ao utilizador, talvez por aspectos de segurança ou conservação (RAMOS, 2007, p.15). Por outro lado, pode tratar-se de um objeto que não existe e é fruto da imaginação, que se pretende construir e irá existir no futuro, e, portanto, procura-se testar as suas funcionalidades (RAMOS, 2007, p.15).

Na análise para uma intervenção em Jardins ou Praças Históricas, quando se inclui a simulação, em computação gráfica se possível, da situação como se apresentará, de acordo com Delphim (2005, p.86) “aumenta, sem dúvida, a segurança da intervenção”. Outro aspecto positivo apresentado por Ramos (2007, p.12) é que a capacidade de visualização e a

interação destas tecnologias possam melhorar a percepção dos objetos de estudo, trazendo vantagens não só para os profissionais da área, mas também para os utilizadores finais. Vale salientar que, nesta pesquisa, a realidade virtual é utilizada como geradora de novos registros, "permitindo uma imersão virtual nas sensações impostas pelo espaço recriado, bem como a manipulação volumétrica do mesmo" (NOBRE *et al*, 2008, p.13).

Segundo Tirello (2008, p.9), a simulação virtual "colabora com o processo de informatização de inventários de bens arquitetônicos e afins e se apresenta como auxílio útil à documentação crítica de estruturas histórica e subsidiária para iniciativas preservacionistas". O que acarreta em uma preservação da memória, sem afetar a evolução histórica do bem (NOBRE *et al*, 2008, p.15). Na utilização dessa ferramenta, deve-se prevenir a fuga da realidade na qual se deseja recriar. Segundo Tirello (2008, p.2), "diversos profissionais de preservação opõem-se certamente ao exagero dos simulacros, mas não negam a importância das novas mídias como apoio útil ao estudo, registros e divulgação do patrimônio cultural". A oportunidade que se tem de ser reconstituído virtualmente em diversas épocas o bem a ser preservado, sem haver a problemática de interferir na evolução histórica do espaço em estudo, é um aspecto positivo para o campo preservacionista.

A concepção da maquete virtual legitima-se, então, "quando apoiada em pesquisas multidisciplinares e em avaliações críticas da qualidade dos conteúdos históricos expressos nos e pelos bens culturais que se quer representar" (TIRELLO, 2008, p.2). Fixando critérios rígidos e sempre explicitando aqueles objetos que são apenas representativos, atrelando o produto a um memorial explicativo dos itens adicionados após pesquisas e aqueles incluídos figurativamente para garantir a ambiência do espaço analisado, garantindo, assim, maior confiabilidade ao modelo.

Na concepção da maquete virtual da Praça André de Albuquerque, desde o momento inicial, houve a precaução de que o modelo a ser recriado fosse fidedigno aos dados encontrados sobre o local. Inicialmente, foi feita uma coleta de dados gráficos e documentais e outros subsídios ao inventário das Praças Históricas de Natal, tendo como foco a Praça André de Albuquerque. Dentre os dados coletados se encontram fotos de diversos acervos, mapas, discursos, Mensagens de Presidentes da Província, relatos e descrições literárias, entrevistas e artigos publicados na imprensa (para os momentos da praça mais recentes). Esses dados foram ordenados por época e feita uma subdivisão em momentos, que correspondem às diversas configurações da Praça ao longo do tempo. Sendo assim, foram identificados cinco (05) períodos, que correspondem às modificações consideráveis realizadas no ordenamento espacial do local, fixando, assim, quantas maquetes virtuais deveriam ser elaboradas.

2. O tombamento do Centro Histórico de Natal

As praças do Centro Histórico de Natal apresentam lamentável estado de conservação. Objetivando reverter esse quadro e resguardar o núcleo urbano inicial da cidade de Natal, assim como protegê-lo da pressão imobiliária, foi proposto, no final do ano de 2010, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) proceder ao tombamento desse trecho tão importante para a cidade, nomeando-o de "Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal". O tombamento se constitui num "ato administrativo realizado pelo poder público que tem o objetivo de preservar um bem móvel ou imóvel, a fim de conservá-lo devido ao seu valor histórico" (BRASIL, 2010, p.11). No momento que se procede ao tombamento pelo IPHAN de um conjunto urbano, este se torna patrimônio histórico, artístico e cultural nacional, devido ser um bem "cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor" (BRASIL, 1937, art 1º, p.1). Entendendo, então, que o núcleo urbano inicial de Natal se enquadra dentro destes pressupostos pode ser denominado "sítio urbano", que é definido pela Carta de Petrópolis (1987, p.1) como o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.

Dessa forma, foi realizado o tombamento provisório tendo por justificativa "reconhecer e divulgar a imagem da cidade em qualquer lugar do mundo, reforçando a identidade local da comunidade local", assim como, por ser um "conjunto, que concentra edificações históricas, de expressão e modestas, que os objetos de arte da cidade, caracterizadores do tecido urbano em que se encontram, contando parte significativa da sua história, merecendo por isso serem preservados" (BRASIL, 2011, p.7). Após isso, foi delimitado um espaço físico para ser o objeto de proteção, o perímetro de tombamento e seu entorno, que está incluso dentro dos bairros de Cidade Alta e Ribeira, considerado os mais antigos da cidade. No estudo para tombamento há um capítulo destinado à apresentação das chamadas Praças Históricas existentes no perímetro. A justificativa apresentada para inserção destas no perímetro é:

> Neste contexto, os espaços livres de edificações também têm poder fundamental na conformação das cidades; e em sítios históricos, estes espaços são igualmente responsáveis por contar a história da cidade. O traçado das ruas, os desenhos das calçadas, as áreas verdes retratam como eram feitos os acessos, o transito de pessoas e dos meios de transportes e como eram desfrutados os momentos de lazer, por exemplo. As praças também constituem patrimônio cultural e o seu estudo é vital para o entendimento do sítio histórico como um todo e das relações do homem com a natureza (BRASIL, 2011, p.77).

No entanto, nessa motivação não está contemplado o valor relacionado à vegetação ou aos aspectos paisagísticos existentes nessas praças, mesmo o conjunto sendo identificado como "paisagístico", além de arquitetônico e urbanístico. No decorrer do processo, pouco se detalhou o teor paisagístico desse conjunto. Tanto é que uma das avaliadoras do processo questionou acerca da falta da contemplação de forma mais específica deste quesito. No entanto, na resposta concedida, continuou apenas subentendida a motivação para tal tombamento, somente dizendo que todo o conjunto constitui uma paisagem e que da mesma forma que outros conjuntos urbanos foram tombados, o conjunto pertencente a Natal também está apto para tal processo. Ficou em aberto tal questão, mas, segundo o corpo técnico do IPHAN, os aspectos paisagísticos a serem preservados serão contemplados na fase de normatização do conjunto.

Após ter sido concluído o processo de tombamento, mesmo que ainda provisoriamente, o conjunto pôde ser incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, tendo como fomentador o governo federal. O programa, que visa "ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante", englobará inicialmente 44 cidades de diferentes estados do país, "com a disponibilização de R$ 1 bilhão de reais até 2015, em obras públicas e outros R$ 300 milhões estão destinados a uma linha de crédito para proprietários de imóveis de cidades tombadas pelo IPHAN" (IPHAN, 2013, p.1).

Em Natal, através do PAC, pôde ser contratada uma empresa para o levantamento geral do conjunto, assim como algumas obras de preservação e melhoramentos. Dentro do processo de solicitação, coordenado pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), está incluso a reabilitação e requalificação de praças (NE10, 2013, p.1). Contudo, a ação será executada por uma empresa sediada em Recife, Pernambuco, que conta com profissionais que provavelmente não conhecem intimamente a história da cidade, assim como o contexto em que o Conjunto está inserido, correndo o risco de executar obras que não estejam em completa consonância com suas necessidades e com o ambiente em questão. É preocupante o fato de não ter sido ainda elaborada a normatização do Conjunto, assim como não foram realizados estudos detalhados sobre a importância paisagística do local, especialmente sobre suas Praças Históricas.

Portanto, se faz necessário divulgar o passado esquecido nesses espaços, ressaltar sua importância no cotidiano da cidade e propor restaurações. Fica assim justificada a elaboração da reconstrução virtual das Praças Históricas desse Conjunto, tanto como um meio de guardar a memória destes locais quanto para compor um banco de dados que poderá vir a contribuir com outras pesquisas e com as prováveis intervenções que estão por acontecer.

3. Estudo de Caso – a Praça André de Albuquerque

A Praça André de Albuquerque pode ser considerada como uma Praça Histórica, um local destinado ao lazer e ao convívio da população, mas que carrega o significado histórico de ser o marco inicial, o local de fundação da cidade. O lugar já foi chamado de Rua Fronteira à Matriz, Rua da Cadeia e Praça Grande desta Cidade. Foi somente em 1888 que o local recebeu o nome de Praça André de Albuquerque, em homenagem a um dos principais nomes da Revolução Pernambucana no Rio Grande do Norte (NESI, 1997, p.18). Além disso, o lugar tornou-se conhecido devido aos diversos acontecimentos históricos e religiosos ocorridos no local.

Figura 2 – Vista do Jardim Público da Praça André de Albuquerque.
Fonte: Cartão Postal, início do século XX (posterior a 1911).

A história dessa praça tem como característica principal o seu constante redesenho conforme conveniência dos governantes, sendo possível definir diversos recortes temporais. Segundo Macedo (2002, p.46) esse é um fato comum em praças de centros urbanos, que por se localizarem em locais de grande fluxo são vistas pela maioria dos cidadãos, servindo de propaganda para os governantes. Assim, para se chegar à reconstituição virtual foi necessário realizar uma pesquisa sobre tais modificações em seu traçado e entorno. Após a coleta de dados foi possível mostrar de forma cronológica essas modificações.

Figura 3 – Aspecto atual da Praça André de Albuquerque.
Fonte: *Google earth*, 2013.

A maior dificuldade encontrada na pesquisa foi a pouca documentação iconográfica disponível, pois a maioria das imagens não está datada precisamente e não possui boa resolução, além de quase sempre apresentar o mesmo ângulo de visão. Como foi dito anteriormente, o acesso às fontes documentais se constitui num desafio da pesquisa. Durante a coleta de dados, percebeu-se que ocorreram modificações diversas, sendo a maioria ligada a mudanças políticas no comando de Natal.

Foram reunidos os documentos históricos disponíveis sobre a praça, incluindo os projetos desenvolvidos para o local e, assim, pôde ser feita a cronologia das intervenções no espaço, desde o primeiro registro no século XVII até seu último projeto de reforma, executado em 1999.

Para o primeiro momento, a principal fonte de dados utilizada foi o Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFRN) intitulado “Uma Janela para o Potengi” (LUCENA, 1999), que apresenta algumas plantas da praça em períodos diversos, assim como as fachadas dos edifícios voltados para as ruas que a delimitam. O modelo virtual elaborado tem ênfase na década de 1912, porém, com uma margem temporal de uma década.

O primeiro relato encontrado sobre a praça se deu em 1599, quando ocorreu naquele local a cerimônia de fundação da cidade (SOUZA, 2008, p.58). Ao longo do tempo foram ocorrendo modificações em seu entorno. Em 1619, a inauguração da Igreja Matriz (NESI, 2012, p.16); em 1770, inauguração da Câmara e Cadeia (NESI, 1997, p.16); em 1872, a conclusão do Palácio do Governo (SOUZA, 2008, p.81); em 1875, a construção do atual Memorial Câmara Cascudo (NESI, 2012, p.59). Sendo que, até 1896, ainda não havia a preocupação de

ajardinamento da praça quando a população tentou arrecadar fundos para um projeto de aformoseamento do lugar, proposta que não obteve sucesso (NESI, 1997, p.19).

O primeiro projeto paisagístico que chegou a ser executado no local é datado de 1907. É atribuído ao arquiteto mineiro Herculano Ramos e continha aterros, aplainamentos, largo passeio de contorno e coreto de ferro batido (NESI, 1997, p.19). No inicio da década de 1910 houve muitas modificações em seu entorno, como o calçamento a granito do contorno da praça (MARANHÃO, 1913), a demolição da Casa de Câmara e Cadeia e o alargamento da Rua Dr. Sarmento, (NESI, 1997, p.17). Em 1911 se deu a Instalação do serviço de bondes elétricos (MEDEIROS, 2012) e a demolição do casario para construção de um jardim atrás do Palácio do Governo (MARANHÃO, 1913). Em 1917, no centenário da Revolução Pernambucana, houve a inauguração do Monumento dos Mártires de 1817. No entanto, após essa sequencia de fatos, a praça passou dezessete (17) anos sem receber melhoramentos, quando em 1934 foram colocados doze (12) novos bancos de cimento armado (SOUZA, 2008, p.105).

O segundo projeto para praça data de 1942, quando foi feita uma rearborização, troca de mobiliário e substituição das peças de ferro batido do coreto por outras de concreto. Segundo Itamar de Souza (2008, p.105-106), essa modificação não durou muito, já que em 1949 o coreto foi retirado e substituído por um monumento composto por quatro canhões vindos da Fortaleza dos Reis Magos e distribuídos ao redor do pelourinho da cidade.

Ainda de acordo com Itamar de Souza (2008, p.107-108), a terceira grande modificação ocorreu em 1963, quando o Prefeito Djalma Maranhão transformou o local em Praça da Cultura, construindo uma Galeria de Artes, uma Concha Acústica, uma Biblioteca e Lanchonetes. Esses equipamentos de feições modernistas também não duraram muito, sendo retirados em 1976, quando foi elaborado o quarto projeto para o local. No novo desenho havia um novo coreto em alvenaria com cobertura de telhas cerâmicas. Esse desenho permaneceu até 1999, quando foi implantado o atual desenho da praça. Segundo o autor (*op.cit*.), as principais modificações foram a retirada do coreto para implantação de um largo com paginação de piso representando uma Rosa dos Ventos de dezesseis (16) pontas e a colocação de um monumento em homenagem aos quatrocentos (400) anos da cidade, similar a uma estrela dourada.

Juntamente com esses dados, coletados na historiografia local, teve-se acesso a algumas fotografias dos momentos citados, que constituem a base para a construção das maquetes. Então, foi dado inicio à modelagem da praça com a digitalização dos desenhos de Lucena, anteriormente referido. No seu primeiro recorte temporal, de 1907 a 1942, foi utilizada a

configuração atual da praça como base para implantação do entorno imediato e das fachadas dos edifícios originais, também elaboradas por Lucena. As informações foram complementadas pelas fotos, que registram demolições ocorridas nas décadas iniciais do século passado. Convertidos os desenhos para o programa de simulação 3D, iniciou-se a modelagem e o cruzamento dos dados cedidos por Lucena com as imagens da época.

No entanto, na planta esquemática, só estavam descriminados os passeios, a localização das árvores e arbustos e o desenho do coreto, faltando então o mobiliário. Foi a partir das imagens coletadas que se identificou o posicionamento de alguns dos postes e bancos, não sendo acrescentado nenhum elemento a mais do que era possível observar e procurando modelá-los de acordo com o que era possível visualizar nas imagens, apesar destas não apresentarem boa resolução. Quanto à vegetação, a principal diferenciação foi pelo porte, como árvores de grande e médio porte, arbustos isolados, maciço de arbustos e forração. Devido às imagens serem em preto e branco, a coloração da vegetação foi também acrescentada, para criar uma ambiência mais próxima da realidade.

Figura 4 – Aspecto da Praça André de Albuquerque, entre 1907 e 1942.
Fonte: Imagem virtual elaborada por Ana Karla P. Sousa.

Assim, foi possível construir uma maquete virtual que colabora para a salvaguarda da memória dessa Praça Histórica, além de estabelecer um caminho metodológico possível para a continuidade e aperfeiçoamento do estudo, incluindo a elaboração de outras maquetes previstas na pesquisa. No momento, está em curso a coleta de dados e a reconstituição virtual dos outros cinco (05) períodos delimitados para a Praça André de Albuquerque, processo que será aplicado para todas as Praças do Centro Histórico de Natal.

Referencias

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2004. p.84-91.

BRASIL. Decreto n.° 25, de 30 de novembro de 1937, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, p. 7, 30 nov. 1937.

BRASIL. IPHAN. **Processo de tombamento nº 1.558-T-08.** 2008-2011.

BRASIL. IPHAN. **Estudos de tombamento do Centro Histórico de Natal.** 2008.

BRASIL. IPHAN. **Normatização de Cidades Históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas.** 2010.

CARNEIRO, Ana Rita Sá, BERTRUY, Ramona Pérez. **Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos = Jardines Históricos Brasileños y Mexicanos.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** Natal: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.

MARANHÃO, Alberto. **Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo na Abertura da Primeira Sessão da Oitava Legislatura**. Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Typ. D'A República, 1913. *Center of Research Libraries. Provincial Presidential Reports*. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte. Acesso em: junho, 2013.

DELPHIM, Carlos Fernando M. **Manual de Intervenção em jardins históricos.** IPHAN, 2005.

FRANCO, M. A R. **Desenho Ambiental:** uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

ICOMOS – *International Council on Munuments and Sities*. **Carta de Florença: carta dos Jardins Históricos.** Florença, 1982.

LEENHARDT, Jacques (org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

LUCENA, Carlos Henrique Nogueira de. **Uma janela para o Potengi.** Natal, RN: 1999. 146 f. Monografia (Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Curso de Arquitetura e Urbanismo.

MACEDO, Silvio Soares e ROBBA, Fábio. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2002.

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **380 Anos de História Foto-Gráfica da Cidade de Natal (1599-1979).** Natal: Ed. Universitária, 1981.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Caminhos de Natal.** Natal (RN): Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1997.

_____. **Natal Monumental.** Natal: IPHAN, 2012.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De Cidade A Cidade.** Natal, RN: EDUFRN, 1999.

IPHAN. **PAC Cidades Históricas**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17776&retorno=paginaIphan. Acesso em: ago, 2013.

IPHAN. **Carta de Petrópolis:** carta dos sítios históricos. Petrópolis, 1987.

NE10. **Governo do RN encaminha cinco projetos para o PAC Cidades Históricas.** Disponível em: http://ne10.uol.com.br/canal/cultura/noticia/2013/02/25/governo-do-rn-encaminha-cinco-projetos-para-o-pac-cidades-historicas-401370.php. Acesso em: ago, 2013.

RAMOS, Duarte Nuno de P. F. **Utilização de modelos virtuais na reconstrução e reprodução de edifícios e monumentos:** realidade virtual aplicada à conservação e restauro. 2007. 117f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto Técnico Superior, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. 2007.

SOUZA, Itamar. **Nova História de Natal.** Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

TIRELLO, Regina A. **Restauro digital de arquitetura histórica de cronologia construtiva complexa: a casa de Dona Yayá.** In: Seminário Computação gráfica: pesquisas e projetos rumo à Educação Patrimonial. 2008. Anais...São Paulo: Arquivo histórico de São Paulo, 2008.